

## **RECURSO EXTRAORDINÁRIO 609.710 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**RECTE.(S)** : **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A**  
**ADV.(A/S)** : **KARINA HAUA BARQUETE BRACCINI E OUTRO(A/S)**  
**RECDO.(A/S)** : **JOSÉ CARLOS DA SILVA**  
**ADV.(A/S)** : **JARBAS ANTUNES CABRAL**

### **DECISÃO**

**REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA –  
COMPETÊNCIA – EXAME DE  
EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO NA  
ORIGEM – ÓRGÃO PROLATOR DO  
ACÓRDÃO ATACADO – ARTIGO 543-B,  
§ 3º e § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL.**

1. No ato de folhas 375 e 376, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais apreciou o mérito do recurso sobrestado e concluiu que o tema veiculado no Recurso Extraordinário nº 705.140/RS não coincide com a matéria tratada neste apelo, remetendo o processo ao Supremo.

2. A decisão não se harmoniza com a sistemática instituída pelo artigo 543-B, § 3º e § 4º, do Código de Processo Civil. De acordo com a legislação instrumental, a competência para julgar extraordinários sobrestados na origem é do órgão prolator do acórdão impugnado. Não pode a Vice-Presidência do Tribunal local substituir-se à Quarta Câmara Cível e analisar se a tese adotada pelo Supremo no paradigma deve ser

**RE 609710 / MG**

observada no caso.

3. Ante o quadro, determino a devolução do processo à origem, para que se cumpra o artigo 543-B, § 3º e § 4º, do Código de Processo Civil.

4. Publiquem.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator